

---

## *Contradições no sistema de educação: uma releitura acerca da expansão da rede municipal de ensino em Caxias do Sul*

*Contradictions in the educational system: reviewing the  
expansion of the municipal school system in Caxias do Sul*

**Marisa V. Formolo Dalla Vecchia\***  
**Vania B. M. Herédia\*\***  
**Felisbela Ramos\*\*\***

---

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo fazer uma releitura do processo educativo da rede municipal de ensino em Caxias do Sul a partir da instalação do modelo associado dependente no País. O estudo analisa a organização da educação na rede municipal, a organização escolar segundo as leis federais, estaduais e municipais e a expansão da rede escolar nesse período. O estudo utiliza como referência metodológica a perspectiva crítica e como fontes os arquivos da 4ª Delegacia de Educação em Caxias do Sul, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul. A análise das práticas educativas permite constatar as relações e contradições que

**Abstract:** This paper analyzes the organization of the municipal educational system in Caxias do Sul since the establishment of the dependent associate model in Brazil. It examines school organization according to federal, state and municipal laws, and the expansion of the school system in this period. The method that underlies the study is the critical perspective, and the source of information are the records of the 4<sup>th</sup> State Education Office, of the Municipal Secretariat of Education of Caxias do Sul and the Arquivo Histórico Municipal (Historical Record Department) of the city. The analysis of educational practices reveals that there are many contradictions in the

---

\* Mestre em Educação. Professora Titular no Centro de Filosofia e Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

\*\* Doutora em História. Professora Titular no Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

\*\*\* Pesquisadora em Educação. Especialista em Gestão Educacional.

perpassam a educação da rede municipal, sendo, ao mesmo tempo, no discurso, um espaço de democratização das relações sociais e, na prática, um espaço de reprodução da estrutura social. A pesquisa aponta que o processo educacional na rede municipal sofreu uma série de modificações de ordem qualitativa o que demonstra as interferências de ordem político-administrativa na expansão da rede. Observa, ainda, a mudança do perfil das escolas que até então eram predominantemente rurais para o perfil urbano-industrial. A alteração do panorama socioeconômico, decorrente do acentuado processo de industrialização interferiu na organização escolar, reestruturando suas principais características. O êxodo rural e o crescimento da periferia urbana foram fenômenos sociais determinantes para as transformações educacionais ocorridas na rede de ensino municipal.

**Palavras-chave:** Processo educacional. História da rede municipal. Educação e história.

system, considering that it is a space of democratic social relations in speech, while in practice it reproduces social structures. Municipal school system has undergone several changes due to the interference of politic administration. Changes are also noticeable in terms of the influence of the social and economical panorama, as schools that were mainly in rural areas change its characteristics to urban with the acceleration of industrialization. Rural exodus and growth of the city outskirts are social phenomena that have determined transformations in municipal school systems.

**Keywords:** Educational process. History of the municipal school system. Education and history.

---

## Introdução

Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa maior denominado “A educação em Caxias do Sul: as interfaces com a imigração italiana: 1875-1980”, desenvolvido pelo Departamento de Educação, História e Sociologia da UCS, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Caxias do Sul. Esse projeto finalizou sua primeira etapa que previa a análise da rede municipal e ainda está por construir a análise das redes estadual e privada.

O presente estudo tem como objetivo fazer uma releitura do processo educativo da rede municipal de ensino em Caxias do Sul a partir da instalação do modelo associado dependente no País, no período

de 1965-1991. O estudo analisa a organização da educação na rede municipal, utilizando como referência metodológica a perspectiva crítica e, como fontes, os arquivos da 4ª Delegacia de Educação em Caxias do Sul, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

A evolução administrativa da educação, na rede municipal, no período de 1964 a 1991, apresentou traços heterogêneos, devido à diversidade de situações que nele ocorreram, trazendo profundos reflexos na estrutura escolar e na sua própria organização. Este estudo trata da organização da escola municipal nas gestões administrativas que abrangeram o referido período, bem como da fundamentação jurídica em que se processaram as alterações no sistema educacional municipal.

### **Organização da escola na rede municipal**

Até 1964, a escola estava voltada à instrução, mesmo que seus objetivos ultrapassassem essa função. No ano de 1963, por meio de um movimento desencadeado pela comunidade, por grupos de integrantes do Movimento Popular de Cultura, as questões de educação ficaram vinculadas formalmente às questões de cultura. Esse acontecimento fazia parte da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, pelo método de Paulo Freire, transformando a Diretoria de Instrução e Educação Pública na chamada Diretoria de Educação e Cultura, em decorrência dessa ação popular.

Essa alteração foi legitimada pela Lei 1.308, de 28 de abril de 1964. Entretanto, essa ação não atingiu diretamente as escolas, pois não passou de um ato formal, pelo fato de não existirem condições que dessem base aos professores para trabalharem a educação como elemento cultural. Mesmo assim, o Movimento Nacional de Conscientização e Fortalecimento da Educação Popular atingiu o Município de Caxias do Sul, pelo grupo coordenado por Antônio Rath de Queiros, universitário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Naquele período, a escola continuava com a função básica de ensinar a ler, escrever e calcular. A participação dos pais na escola estava restrita às dificuldades mais emergentes que diziam respeito aos filhos. A nova visão, de que a escola deveria se preocupar com a formação geral e o desenvolvimento do ser humano como um ser ativo atuante, era uma proposta difícil para a compreensão de muitos pais. Esses viam a escola

como mera reprodutora do ato de ler, escrever e calcular e nada mais. Portanto, conforme relata a diretora de Educação e Cultura, Marlene Vescia da Fonseca (1992, p. 66), “houve muitas dificuldades para a comunidade entender que a escola devia preocupar-se com a formação geral, com vistas à formação do homem, como um ser responsável e atuante”. Portanto, a preocupação em aproximar a escola da comunidade foi um passo importante desse processo.

A participação dos pais era limitada e nem sempre as solicitações por parte dos professores e da escola eram atendidas, principalmente no que dizia respeito à situação financeira, pois nem todas as famílias tinham condições econômicas de auxiliar a escola com recursos. Muitas vezes, os auxílios eram solicitados por meio de uma colaboração específica, como manutenção da horta, ajuda à merenda e doações de utensílios necessários à escola.

Naquele período, as comunidades fizeram um trabalho vinculado à Emater (Assistência Técnica e Extensão Rural no governo do Estado do Rio Grande do Sul), o que gerou repercussão positiva na comunidade, uma vez que os resultados colhidos nas hortas, pomares e plantações tinham efeitos visíveis na vida dos envolvidos. A comunidade começou a auxiliar na construção de novas escolas, por meio de fornecimento de mão de obra à construção, já que o município supria os recursos materiais, e a comunidade, os humanos. Até as crianças participaram desse projeto.

À medida que o processo de industrialização em Caxias do Sul expandiu-se, começou uma política de atração de mão de obra; com isso, diminuía o apoio da comunidade às escolas, aumentando o nível de dificuldades antes experimentado. Hilda Basso (1992), secretária de Educação e Cultura, no período de 1969 a 1972, afirmou que, “no meu tempo, o êxodo rural foi muito grande, porque coincidiu com a época do início do milagre brasileiro. Peguei muita gente de fora, de outros municípios. Tínhamos gente de São Francisco de Paula, Bom Jesus, Vacaria, Cambará do Sul, Santa Catarina, Araranguá, Turvo”.

Segundo depoimento da secretária desse período, jamais uma criança ficou sem escola, pois havia o princípio de que “o aluno deve estar na escola”, e cabe ao município providenciar esse espaço. As matrículas estavam sempre abertas, e o problema de espaço era resolvido com o tempo. Em algumas localidades, galpões velhos transformaram-se em bancos escolares até que fossem providenciadas as instalações definitivas para o funcionamento da escola. À medida que a escola ia sendo construída, modificava a feição do bairro. Essa situação trazia a

família para uma participação mais efetiva na vida da escola.

No período de 1973 a 1977, o movimento migratório cresceu, e as escolas do meio rural esvaziaram-se, provocando uma expansão de escolas na periferia urbana. Essa situação desencadeou a necessidade de medidas administrativas para solucionar a demanda que nascia do processo industrial. Por um lado, a Secretaria de Educação e Cultura perdia uma clientela rural que vinha se mantendo desde o início do município. Por outro lado, necessitava providenciar novas estruturas para suprir a demanda que crescia decorrente da expansão econômica. Segundo a secretária desse período, Santina Barp Amorin (1992), a administração municipal resolveu “centralizar o ensino em locais de maior concentração e utilizar o sistema de transporte coletivo”. Essa medida minimizou o problema de forma temporária, mas, no decorrer dos anos, foram necessárias providências para solucionar a acentuada demanda que se fazia presente na sociedade caxiense.

O relacionamento entre escola, família e comunidade efetivou-se por meio de Clubes de Mães, Círculos de Pais e Mestres, da participação em atividades extracurriculares e em reuniões da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a comunidade, com o objetivo de tomar decisões sobre assuntos pertinentes a seus interesses e manter o envolvimento dessas instituições no processo educativo.

A situação de crescimento da demanda de escolas na cidade modificou a paisagem rural, o que comprova a avaliação do depoimento da secretária de Educação e Cultura do período subsequente, que afirma a existência da mesma problemática na sua gestão. Eneidy Alberti disse:

Houve uma grande diminuição das matrículas nas escolas do interior e um aumento constante e progressivo nas escolas da periferia urbana, o que nos causava problemas muito grandes. Em consequência, a periferia explodia, e os problemas eram cada vez maiores. (1992).

Um dos problemas enfrentados pelo município foi assegurar professores nas escolas de difícil acesso, às quais não existia transporte coletivo e possibilidades de acomodações. Como solução encontrada, a contratação de professores da própria localidade tornou-se uma prática, o que não era comum para o período, bem como a contratação de “professor que tivesse condução para levar os demais professores de carona”. (ALBERTI, 1992).

Essa foi uma das medidas que o município assumiu com vistas a assegurar o ensino nas comunidades rurais, já que era necessário “manter escolas com número baixo de alunos”. (ALBERTI, 1992). Constatou-se, também, que, naquele período, houve a criação de “novas séries e extensões de jornadas para atender às solicitações e, principalmente, a abertura de cursos noturnos para o aluno trabalhador que sentia necessidade de continuar estudando, aprimorando-se para competir no mercado de trabalho”. (ALBERTI, 1992).

Na gestão da secretária de Educação e Cultura Marta Gobatto Trez (1992), de 1983 a 1988, os pais dos alunos não vinham à escola para ajudar na construção das mesmas, como em períodos anteriores. Vinham à escola para reivindicar aquilo que acreditavam ser seus direitos e de seus filhos. As principais reivindicações feitas ao município eram: segurança, mais séries, e escolas próximas de casa, devido às dificuldades de locomoção e aos riscos referentes às mesmas. As reivindicações tratavam de pedidos de escolas tanto para a área urbana como a manutenção das escolas na área rural, mesmo com poucos alunos.

Na periferia, em geral, o principal problema era considerado a segurança pública. Marta Gobatto Trez (1992) afirmou que “a escola, além de ensinar a escrever, a ler, a contar, deveria também prevenir essas crianças para os riscos que a vida na cidade oferecia”. Naquele período, a escola municipal se dispôs a orientar os alunos para o trânsito, para as questões de saúde, para questões de segurança, mas esse tipo de orientação não afetou a participação dos pais que era mínima. A visão da escola, para os pais, era a de que os alunos deveriam estar num lugar seguro para aprender a ler, escrever e contar. Essa visão reflete a mudança que a cidade exercia sobre a vida de seus cidadãos, já que modificava os ambientes de moradia, as condições de vida de seus moradores e os valores expressos na vida coletiva.

A escola desempenhava o papel de ponto de encontro para as reuniões do bairro. Nela, eram discutidas questões comunitárias, e a escola era vista como polo catalisador de todos os anseios comunitários. Portanto, “tirar uma escola ou não colocar num determinado bairro, ou loteamento, era privar aqueles cidadãos de um núcleo, de um local onde pudessem se reunir”. (TREZ, 1992). É oportuno lembrar que a escola era um espaço comunitário onde os moradores discutiam a vida do bairro, suas dificuldades, suas expectativas, suas aspirações.

Em 1985, um grupo de educadores fez uma tentativa de criar novas relações entre alunos e professores, professores entre si, setores

administrativos, monitores e coordenação pedagógica. Essa tentativa desencadeou uma proposta de escola diversa das demais pela sua dimensão educativa. Essa experiência chamou-se *Escola Aberta* e tinha como principal objetivo o reeducar permanente de crianças que estavam à margem da escola. Essa escola relembra alguns elementos da escola das décadas de 10 a 40 (séc. XX), quando a mesma funcionava sem seriação, com níveis de adiantamento expressos e avaliados pelos conteúdos dos livros e da *Seleta*. A promoção era feita de acordo com a capacidade de aprender, e a ausência dos alunos à escola não os impedia de retornar à mesma, pelo fato de que a presença não era obrigatória. Esse dado representava que o aluno poderia ajudar a família na colheita das culturas sazonais, sem perder a possibilidade de frequentar a escola. As promoções eram feitas durante e no fim do ano letivo.

A Escola Aberta apresentou alguns traços diversos das demais, principalmente na forma de trabalhar os conteúdos programáticos e na visão política da realidade, possibilitando que o processo de aprendizagem não fosse um processo desvinculado da realidade de cada aluno. Dessa forma, essa proposta rompeu a visão de escola elitista e partiu do princípio de valorização da cultura do outro, para que pudesse ocorrer um processo de transformação social, trabalhando o processo de inclusão.

A administração municipal, preocupada em qualificar o ensino e atender todas as crianças da cidade, além de expandir as vagas e apoiar a escola aberta, fortaleceu a Educação Especial para deficientes auditivos, que já existia desde 1960, com a Escola de Surdos-Mudos.

Em 1986, foi criada a Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Helen Keller, no Centro Educacional para Deficientes de Fala e de Audição. Foi, porém, de 1989 a 1991 que essa instituição, ao passar por uma reforma administrativa e pedagógica, assumiu seu verdadeiro papel de escola. Naquele período de transição, foi repensada sua filosofia e definida sua proposta pedagógica. O princípio educativo e pedagógico sustentava-se na ideia de que a deficiência não anula a pessoa, e o aluno é um ser que pensa, age, comunica e participa da vida social como um todo.

Odir Ferronato, secretário Municipal de Educação no período de 1989 a 1992, em seu depoimento, relatou como conviveu com as reivindicações da comunidade:

Diariamente, recebíamos visitas de pais, presidentes de bairros, solicitando ampliação e criação de escolas, além de instalação de novas

séries e classes para Jardim de Infância. Estes pedidos não me apavoravam, porque eu conhecia a realidade do município, e o nosso objetivo ao assumir era que todas as crianças tivessem escola. O segundo objetivo era tirar as crianças da rua, além de que este espaço escolar fosse de qualidade. (1992).

### **A organização da escola segundo as leis federais, estaduais e municipais**

A década de 60 do século XX foi marcada por uma série de alterações de ordem política e econômica, repercutindo diretamente no sistema educacional. Com a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, o Brasil passou por uma série de mobilizações que demonstraram a existência de um nível de consciência por parte de sua população. Economicamente, com o golpe de 64, o Brasil trocava seu modelo econômico, até então voltado à substituição das importações, para o modelo associado dependente. Esse modelo caracterizava-se como um “modelo capitalista periférico, associado, dependente, exportador, concentrador e excludente”. (BRUM, 1993, p. 98). Vinculava o Brasil ao capitalismo internacional, mas com um papel dependente, subalterno e periférico. (BRUM, 1993, p. 98). Os traços marcantes desse modelo apresentavam-se na concentração de renda, na abertura às subsidiárias de grupos multinacionais, no endividamento externo e na dependência tecnológica.

Por outro lado, no período anterior à queda de Goulart, o Brasil vivenciou uma crise econômica decorrente do aumento da inflação, da queda geral dos índices de crescimento econômico, da nacionalização de companhias estrangeiras, que levou à ruptura e ao questionamento do poder vigente. Nesse contexto de crise, houve exigência de que o sistema de educação acompanhasse as transformações sociais e estivesse preparado para amparar as mudanças.

Por isso, a Lei 4.024/61 teve um papel fundamental na história da educação brasileira, quando a prática educacional passou a ser controlada e avaliada de forma inédita, principalmente no aspecto ideológico, para que as escolas não fossem um espaço de educação popular, mas uma forma de gerar produtividade e eficiência do próprio processo educacional. Os meios e os recursos de ensino passaram a ter prioridade no processo educacional, impondo a necessidade de planejamento educacional.

O Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário, criado no Rio Grande do Sul, em 1960, foi reestruturado em 31 de dezembro de 1965, mediante o Decreto 17.750, formando a Divisão de Municipalização do Ensino Primário. Essa divisão teve por finalidade promover a celebração de acordos e convênios entre o estado e as prefeituras municipais, objetivando a expansão da rede municipal e a descentralização do ensino primário.

A Constituição Federal de 1967 e as leis complementares de 1969 estabeleceram os princípios já existentes nas Constituições anteriores, de que a educação básica deveria ser obrigatória e gratuita nos estabelecimentos oficiais, às crianças de 7 a 14 anos. Esse princípio fortaleceu o estímulo “à iniciativa particular, a qual mereceria o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive bolsa de estudos”. (BRASIL. Leis, decretos, *Constituição Federal*, etc. 1967. art. 168). Essa lei manteve a permanência da obrigatoriedade às empresas para que mantivessem o ensino primário gratuito a seus empregados e filhos desses. Nos atos complementares de 1969, foi acrescida a obrigatoriedade às empresas de efetivarem essa lei, mediante salário-educação.

Cumprindo os dispositivos da Lei 4.024/61, foi elaborado, pelo Conselho Estadual de Educação, o Plano Estadual de Educação, apresentado em 1967 para o Estado do Rio Grande do Sul. Esse plano visava à organização básica do direcionamento global do ensino no estado, segundo estabelecido pela nova lei.

Em julho de 1968, o município promulgou uma nova Lei Orgânica, na qual acrescentavam-se novas medidas. Ou seja, o município dizia que “assegurara aos alunos necessitados eficiência escolar, não existindo ainda escola para que todos pudessem ter acesso e professores habilitados para o exercício profissional, especialmente no interior do município”. (*Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul*, 1968).

Outro elemento importante presente nessa lei é que ela previa a “criação de órgãos necessários para equacionar o problema educacional do município, em todos os graus, mediante censos periódicos, levantamentos de necessidades e tendências”. (*Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul*, 1968). A ideia de ter um centro de estudos, pesquisa, planejamento e assessoria foi influenciada pela Constituição Federal, pela Estadual e pela própria visão de racionalização e eficácia, que estava permeando o discurso político-educacional no País, pois não havia em Caxias do Sul consciência educacional coletiva que pudesse ter sustentado essa proposta na Lei Orgânica Municipal.

Em dezembro de 1970, foi elaborada outra Lei Orgânica que incluía um novo elemento administrativo no sistema de educação: “A lei regularia a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura”. (*Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul*, 1970).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) permaneceu em vigência até ser sancionada a Lei 5.692/71, que interrompeu sua aplicação. Essa nova lei incorporava a tendência tecnicista do ensino e estava orientada pelo espírito de produtividade, eficiência, defendendo os princípios de concentração de meios, aplicada por meio da intercomplementaridade de uma escola com a outra ou com instituições, clubes de serviço e/ou empresas.

O objetivo da Lei 5.692/71, referente ao ensino de 1º e 2º graus, era o de “proporcionar ao educando uma formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo consciente da cidadania” (CEE/Parecer 143/67). Esse objetivo pretendia atingir o aluno na sua totalidade, pela atuação do processo educacional no aspecto individual e pela autorrealização individual e social no preparo para o trabalho.

Portanto, os objetivos dessa lei visavam a “orientar o processo educacional do estado, a ação do governo estadual, dos governos municipais e entidades particulares, quanto ao atendimento de necessidades globais, percebidas no trato dos problemas educacionais”. (CEE/Parecer 143/67).

Segundo a visão político-administrativa da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (SEC), foi elaborado o Programa Operativo do Ensino Municipal (Poem), oficializado pelo Decreto 22.351, de 31 de janeiro de 1973, com o objetivo de expandir, executar, controlar, descentralizar e atualizar o ensino de 1º grau no meio rural.<sup>1</sup>

Esse acordo sofreu alterações, tais como a expansão para as áreas urbanas. Porém, as dificuldades encontradas inviabilizaram os acordos, tendo em vista as exigências criadas para os municípios. Em 1976, essa tentativa transformou-se num novo projeto chamado Promunicípio.<sup>2</sup>

Ao lado desses programas, foram feitas resoluções pelo Conselho Estadual de Educação, tais como: 111/74 e 122/76, nas quais se propunha o regimento das escolas, atendendo à tipologia e às características das escolas municipais.

A Lei 5.692/71 foi alterada, em parte, pela Lei 7.044/82. Essa dispensava as escolas da obrigatoriedade de mantem ensino profissionalizante em nível de 2º grau e de iniciação ao 1º grau.

Essa lei referia-se à profissionalização das escolas de 2º grau (Ensino Médio) e foi regulamentada no RS pelo Conselho Estadual de Educação. As escolas tiveram a possibilidade de optar pelo ensino profissionalizante ou oferecer como alternativa educação para o trabalho. Leis (como a 5.692/71) possibilitaram espaços de liberdade político-pedagógica, no que se refere à descentralização do ensino, e atingiram as escolas municipais, na medida em que os professores começaram a exercer o espaço de sala de aula, principalmente no que diz respeito às avaliações. O momento político da ditadura, contraditoriamente, foi dando autonomia administrativa às escolas e aos professores, controlando-os ideologicamente.

Em Caxias do Sul, o controle ideológico do período militar atingiu as escolas municipais pelos programas e sistemas administrativos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Porém, na medida em que a sociedade, como um todo, fez conquistas políticas e sociais, a escola também foi se expressando nessa situação conjuntural. Os professores da rede municipal foram se organizando e conseguiram, por meio da Secretaria, que o Legislativo sancionasse, em 26 de junho de 1984, a Lei 3.139, de 29 de junho de 1987, que estabelecia o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Caxias do Sul. O plano de carreira foi instituído pela Lei 3.141, em 29 de junho de 1987.

Outras duas leis municipais fortaleceram o espaço político dos professores. Uma foi a de 3 de julho de 1985, Lei 2.982, que trata da ajuda de custo aos professores em exercício nas escolas de difícil acesso, situadas no interior do município. Outra lei, a 3.139, de 29 de junho de 1987, estabeleceu o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Caxias do Sul. O plano de carreira foi instituído pela Lei 3.141, em 29 de junho de 1987.

A Constituição Federal de 1988 trouxe novos compromissos políticos à educação: direito à permanência na escola, atendimento às creches, estabelecimento de um plano plurianual e a definição de que as escolas de caráter comunitário poderiam receber verbas públicas.

O Estado do Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1989, promulgou sua Constituição Estadual. Nela, a educação de 1º grau (Ensino Fundamental) ficou configurada como compromisso do estado, abrangendo as creches, as pré-escolas, o ensino noturno, o ensino de deficientes e superdotados, as publicações de pesquisas; o ensino profissionalizante, aberto à comunidade em geral, bem como verbas públicas às escolas comunitárias.

No Município de Caxias do Sul, a Lei Orgânica de 1990 avançou no conteúdo educacional, no financeiro e no organizativo.<sup>3</sup> O Plano Municipal de Educação seria estabelecido pela comunidade-escola, pelo Conselho Municipal de Educação e Cultura e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Essa lei orgânica acompanhou as decisões da lei federal e da estadual. Acrescentou a criação de escolas de tempo integral; a eleição uninominal dos diretores; a organização paritária de pais, professores e alunos; e repassou aos Círculos de Pais e Mestres as verbas a serem geridas para manutenção e reparos nas escolas.

O avanço democrático no gerenciamento da educação foi um fato marcante, expresso pela Lei Orgânica de 1990. A prática democrática, nos aspectos administrativos e pedagógicos, foi administrada pelo Plano Municipal de Educação, o qual evidenciou e sustentou uma ação interligada entre as direções das escolas, a disponibilidade dos professores e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

### **Algumas considerações**

Após a realização desta pesquisa acerca da rede municipal de ensino, no período de 1965 a 1991, foram alinhavadas algumas considerações que servem de reflexão sobre a evolução desse sistema:

a) no fim da década de 60 e no início da de 70 do século XX, houve uma alteração nas matrículas dos alunos da rede municipal segundo a localização, ou seja, verificou-se um crescimento de matrículas na zona urbana e uma sensível diminuição na zona rural. Essa modificação gerou um deslocamento da população para a periferia da cidade, desencadeando uma mudança na população escolar. Não se pode omitir que, à medida que cresceu o êxodo rural e se solidificou o processo de industrialização, as escolas rurais decresceram; e

b) houve um crescimento quantitativo na rede municipal de ensino; porém houve um decréscimo real no número de escolas rurais para escolas urbanas. Para avaliar esse crescimento, devem-se considerar os orçamentos investidos no setor escolar. Em 1964, o orçamento municipal alcançou uma soma de Cr\$ 800.000.000,00, sendo que 7,99% dele foi destinado a despesas com educação. Esse

percentual diminuiu para 6,91%, em 1965; porém, praticamente duplicou em 1970, quando o percentual destinado à educação passou a ser de 13,86%. Naquele ano, as despesas com educação foram de Cr\$ 1.754.489,00, de um orçamento de Cr\$ 12.600.000,00. Esse incremento no percentual previsto à educação foi decorrência das leis federais implantadas com a Constituição de 1967, que previa, da União, não menos de 25%. Em 1975, esse percentual praticamente se manteve e, em 1980, sofreu um acréscimo de 15,05%. Em 1985, as verbas previstas à educação somaram 16,20% do orçamento global e subiram, em 1990, para 23,41% do orçamento municipal. Em 1991, segundo a lei estabelecida pela Câmara Municipal de Vereadores, o percentual previsto à educação passou para 35% do orçamento global do município, significando um grande avanço para esse setor tão importante da sociedade.

O estudo constatou que as escolas municipais concentravam-se na área rural até o início da década de 60 (séc. XX). Apenas nessa década é que começou a ocorrer a expansão da rede escolar, uma vez que crescia o número de matrículas, aumentando, simultaneamente, o número de professores e o número de escolas. Nesse período, a escola municipal esteve preocupada em fixar o homem ao campo, porém não atingiu esse objetivo, pois a questão econômica foi novamente mais forte do que a proposta educativa. Nas décadas de 50, 60 e 70 (séc. XX), foram feitas várias tentativas de inserir o aluno no contexto social, porém essas evidenciaram que não é a escola que determina a condição de subsistência da população. A miséria no campo; a falta de perspectivas econômicas no trabalho agrícola; o estímulo da indústria à oferta de trabalho; a possibilidade de renda; a propaganda atrativa da vida na cidade, feita e vendida pelos meios de comunicação foram alguns dos elementos determinantes do êxodo rural. Esse fenômeno transpareceu nitidamente no espaço territorial do Município de Caxias do Sul, a partir da década de 70 do século passado.

Nesse contexto, a escola tinha programas de qualificação agrícola, mas, por si, não teve mecanismos fortes que impedissem o homem de abandonar o campo e, conseqüentemente, a produção na terra. O processo de modernização trouxe consigo uma nova cultura a ser incorporada, sendo a escola um desses espaços para essa incorporação. Os colonos precisavam convencer-se do progresso da ciência, dos

resultados da tecnologia diante do processo produtivo, para avaliar o avanço que a educação poderia lhes apresentar. Dessa forma, o estudo comprova a inversão de demanda na zona urbana, reinvertendo a localização das escolas municipais que, até então, tinham predomínio rural. Essa inversão modificou o quadro de professores do município. A alteração do panorama socioeconômico, decorrente do acentuado processo de industrialização, interferiu na organização escolar, reestruturando suas principais características. O êxodo rural e o crescimento da periferia foram fenômenos sociais determinantes para as transformações educacionais ocorridas na rede de ensino municipal.

Na década de 70 já citada, ocorreu uma busca crescente de autonomia e de democratização da escola, do professor e da comunidade, por parte da administração municipal. Houve, portanto, uma nítida preocupação com a reforma do ensino, que alterou substancialmente a ação pedagógica do professor, desencadeando a descentralização do ensino.

Na década de 80 (séc. passado), no período denominado *transição democrática*, a administração municipal adotou uma proposta de política decorrente da situação conjuntural em que se encontrava o País. Essa proposta, sustentada na melhoria da qualidade do processo de aprendizagem, foi uma das metas principais do ensino no período. Em decorrência dessa meta, novas propostas de alfabetização surgiram, entre elas, a proposta baseada no construtivismo, que foi gradativamente implantado nas primeiras séries da rede municipal de ensino.

O município investiu na educação de forma crescente, atingindo, em 1980, um índice maior que o exigido na Constituição Federal e na Estadual. Ao investir, não só na folha de pagamento dos professores, investiu na atuação como um todo; o município garantiu a qualidade de ensino como prioridade de sua gestão administrativa.

Constatou-se que a falta de continuidade das práticas políticas, alteradas com as mudanças administrativas em cada gestão, impediu o amadurecimento de uma proposta educativa. Portanto, percebe-se a necessidade de uma contínua atualização dos professores da rede de ensino, o que comprova a importância da educação continuada no processo de educação do Município de Caxias do Sul.

## Notas

---

<sup>1</sup> O Programa Operativo do Ensino Municipal (Poem) 1973 dispõe sobre a cooperação entre o estado e seus municípios, relativamente ao ensino de 1º grau no meio rural, com o objetivo de implantar a Lei Federal 5.692/71, que prevê a municipalização do ensino de 1º grau. A SEC, através do Poem, propôs-se a cooperar técnica e financeiramente mediante repasse mensal, para o custeio da educação e a cedência de professores estaduais, especialmente à supervisão escolar.

<sup>2</sup> Projeto de Coordenação e Assistência Técnica do Ensino Municipal – Promunicípio-1976 – foi mantido com recursos do salário-educação, cota estadual.

Os seus objetivos imediatos são: treinar professores da rede municipal de ensino; custear material de apoio pedagógico às escolas municipais de 1º grau; equipar unidades escolares e órgãos municipais; custear a recuperação de prédios e pequenos reparos em escolas de 1º grau da rede municipal de ensino.

<sup>3</sup> A Lei Orgânica de 1990 de Caxias do Sul estabeleceu a composição do Conselho do Sistema Municipal, do Ensino Supletivo do Ensino nas Empresas. CAXIAS DO SUL. Leis, decretos, LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL, etc. 1990. Caxias do Sul: São Miguel, 1990. In: Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

Recebido em 26 de maio de 2009 e aprovado em 23 de junho de 2009.

## Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1877 a 1967*. Caxias do Sul: EST, 1981. t. III. Educação.
- \_\_\_\_\_. *História de Caxias do Sul. 1864-1970*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971. t. I.
- AMORIN, Santina Barp. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 83. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- ALBERTI, Eneidy. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 11. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- ALVES, Nerci dos P. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 43. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- AZEVEDO, Lúcia da S. P. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 49. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- BASSO, Hilda. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 80. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- BIGOLIN, Beatriz M. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 87. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Constituição Federal de 1967. São Paulo: Atlas, 1985.
- BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CAXIAS DO SUL. Leis, decretos, *Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul*, etc. 1968. Caxias do Sul: São Paulo, s. d. art. 100. Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.
- CAXIAS DO SUL. Leis, decretos, *Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul*, etc. 1968. Caxias do Sul: São Paulo, s. d. In: Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.
- CAXIAS DO SUL. Leis, decretos, *Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul*, etc. 1970. Caxias do Sul, 1970. art. 167. In: Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.
- CAXIAS DO SUL. Leis, decretos, *Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul*, etc. 1990. Caxias do Sul: São Miguel, 1990. In: Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.
- DALLA VECCHIA, Marisa V. Formolo; HERÉDIA, Vania B. M.; RAMOS, Felisbela. *Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul*. Porto Alegre: EST, 1998.
- FERRAZO, Maria de Lourdes I. C. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 35. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- FERRONATO, Odir Miguel. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 85. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- FONSECA, Marlene Vescia da. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 81. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- PIRES, Ana Lúcia Lopes. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 74. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. *Parecer 143*, Porto Alegre, 1967.
- SOSO, Beatriz Helena Spadari. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 70. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- TREZ, Marta Gobatto. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 84. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.
- VARREIRA, Terezinha. *Educação em Caxias do Sul*. Depoimento 71. Arquivo Projeto Proed/UCS, 1992.